

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.364 - MG (2019/0286513-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO COSTA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MAURICIO ROCHA FONTOURA - BA015966
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por LUIZ FERNANDO COSTA contra decisão monocrática que **não conheceu** do presente *habeas corpus* de minha relatoria (e-STJ fls. 677/683).

Em suas razões, a defesa reitera e ratifica todos os argumentos já consignados no *habeas corpus*, ressaltando que há excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que o paciente se encontra preso desde 13/10/2018.

Diante disso, requer a reconsideração da decisão anterior para revogar a prisão preventiva da paciente ou, então, que o processo seja levado para julgamento no Colegiado.

É o relatório. **Decido.**

Primeiramente, ressalto que a decisão de minha relatoria que **não conheceu** do presente *habeas corpus* foi considerada publicada no dia 4/11/2019, segundo a certidão contida em e-STJ fl. 684.

No dia 27/11/2019, foi interposto o presente Agravo Regimental, fora do prazo legal, de cinco dias, sendo contados em dobro em benefício da Defensoria Pública, nos termos do art. 258 do RISTJ.

Destarte, o presente Agravo Regimental é intempestivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. INTEMPESTIVIDADE.
AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.*

Superior Tribunal de Justiça

1. É intempestivo o agravo regimental interposto pela Defensoria Pública da União fora do prazo de 10 dias corridos contados da intimação pessoal, nos termos do art. 39 da Lei 8.038/1990 c/c art. 44, I, da Lei Complementar 80/1994 c/c art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no HC 496.945/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 13/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. RECURSO PROTOCOLIZADO A DESTEMPO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. É intempestivo o recurso interposto após o prazo de 5 dias previsto nos arts. 1.021 do Código de Processo Civil - CPC e 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, ou, como no caso dos autos, após o prazo de 10 dias, por se tratar de agravante assistido juridicamente, à época do decisum, pela Defensoria Pública. Precedentes.

Agravo regimental não conhecido. (AgRg no HC 433.025/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 02/05/2018)

Ressalte-se, ademais, que já foi certificado o trânsito em julgado da decisão agravada, no dia 26/11/2019 (e-STJ fl. 689).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo regimental.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator